

25.março.2015 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÇÃO**

- Entidade:** **FNE – Federação Nacional de Educação**  
João Dias da Silva, Cristina Ferreira, Maria José Rangel e António Sota Martins.
- Recebido por:** **Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar:** Deputados Rui Pedro Duarte (Coordenador), João Prata (PSD, em substituição da Deputada Maria da Conceição Caldeira, ausente no estrangeiro), Sandra Pontedeira (PS) e Diana Ferreira (PCP).
- Assunto:** Indisciplina em meio escolar.

**Exposição:** O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a presença dos representantes da Federação Nacional de Educação - FNE, a quem explicitou o enquadramento em que a audição foi agendada e deu, de imediato, a palavra.

Os representantes da FNE agradeceram o convite e enquadraram a matéria, referindo que a indisciplina às vezes era confundida com violência, tinha diferentes níveis de incidência, podia ser invisível, não transportada para o exterior, que se verificava no setor público e no privado e que diminuía as condições para o ensino e aprendizagem.

Indicaram depois várias razões que estavam na origem da indisciplina, a saber:

1. Fenómenos sociais e outras razões exteriores à escola;
2. Elevado índice de repetências nas escolas;
3. Evolução e modo como os alunos e a sociedade veem os professores, tendo realçado que a degradação da imagem dos mesmos é em parte responsabilidade dos políticos;
4. A organização do sistema educativo e da escola, com incerteza nos normativos, o excessivo número de alunos e professores, a dimensão excessiva das turmas, a organização dos tempos escolares (tendo discordado das aulas de 45 minutos) e a insuficiência do pessoal não docente;
5. Transferência para as escolas de novas responsabilidades.

Nessa sequência, indicaram que deviam ser tratadas as seguintes matérias:

1. Atuação coerente dos vários atores, com ofertas formativas de combate ao insucesso e abandono, não circunscrito ao professor titular da turma e meios de apoio desde o 1.º ciclo;
2. Adaptação dos conteúdos programáticos das várias disciplinas, com articulação horizontal e vertical e coerência entre eles;
3. Alteração do Estatuto do Aluno, que consideraram ter muita judicialização nos procedimentos disciplinares, devendo haver maior simplificação dos processos e mais valorização da autoridade do professor;
4. Formação inicial e contínua dos docentes para qualificação neste domínio, em relação à gestão de grupos e de conflitos;
5. Responsabilidade dos encarregados de educação em relação à escola, tendo proposto a implementação de campanhas para participação dos pais e que a lei estabelecesse tempo para os pais irem obrigatoriamente à escola, como acontecia com a lei de parentalidade;
6. Maior consciência dos alunos, com a indicação de que a escola é um tempo de trabalho;
7. Formação contínua do pessoal não docente em relação à gestão de conflitos.

Em termos de notas finais indicaram ainda:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

1. A necessidade de estabelecimento de equipas multidisciplinares para a convivência escolar e talvez conjuntamente o sucesso escolar;
2. Embora o Código de Processo Penal enquadrasse as agressões a docentes e não docentes como crime público, solicitaram prioridade nestes processos;
3. A importância da atuação preventiva, com acompanhamento da matéria por um Observatório da Convivência Escolar e da Prevenção de Conflitos Escolares, com a participação de todos os agentes educativos e avaliação contínua.

Interveio depois a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pontedeira (PS), tendo enfatizado a proposta que tinha sido feita de acompanhamento da matéria por um Observatório, realçando a importância de se fazer o levantamento da situação e de se indicarem soluções. Questionou se entendiam que o afastamento dos pais em relação à escola potenciava a indisciplina, se a formação cívica dos alunos minorava o problema e qual a ação preventiva que propunham, bem como a alteração do Estatuto do Aluno.

Perguntou depois se em relação aos assistentes operacionais estavam a referir-se aos que estavam na dependência do Ministério da Educação e Ciência ou também aos das autarquias locais, tendo perguntado se estas tinham dado mais formação e se havia diferenças.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) justificou a ausência da Deputada Conceição Caldeira (PSD) por se encontrar em missão no estrangeiro, referiu que as equipas multidisciplinares já existiam atualmente e questionou o que pretendiam concretamente, tendo realçado que muitos municípios têm redes com múltiplos técnicos na área em causa, ao serviço da comunidade. Questionou depois a que nível propunham mais participação dos pais e que propostas apresentavam e considerou que a dimensão das turmas era importante, mas não determinante.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Diana Ferreira (PCP) informou que o PCP entendia que a resposta devia ser ampla e integrada, alargada à situação social. Indicou que o número de alunos por turma era muito importante para a indisciplina e o insucesso e concordou com a relevância das superescolas, com 2.000 ou 3.000 alunos, bem como com menos professores e funcionários, tendo lembrado o exemplo trazido pelas associações de pais do agrupamento de escolas da Maia, que tem cerca de 3.000 alunos e 3 psicólogos, número considerado insuficiente. Realçou depois o horário dos pais e a pressão feita sobre os mesmos, que limitam a sua ida à escola e o convívio com os filhos a nível familiar.

Questionou ainda se consideravam que a instabilidade docente também era importante para a indisciplina e se a instabilidade dos trabalhadores com contrato emprego-inserção não tinha influência negativa. Por último, indicou que o PCP tinha proposto gabinetes pedagógicos de integração escolar, com vários profissionais, mas tinham sido rejeitados várias vezes e pediu para se pronunciarem se não seria um passo importante no combate à indisciplina.

Na sequência das questões e das observações feitas, os representantes da FNE referiram o seguinte:

1. A participação dos pais é importante, mas não pode ser decretada, tendo salientado que os que trabalham, particularmente no setor privado, têm dificuldades de saírem para irem à escola. Realçaram que havia necessidade de intervir culturalmente, defendendo que ir à escola não devia ser só quando havia problemas, devendo antes verificar-se com frequência e fomentando a participação dos mesmos;
2. A gestão integrada dos recursos da escola e dos municípios não resultou, tendo dado como exemplo os psicólogos, que passaram para os municípios e foram perdidos pela escola;
3. Tendo em conta o Programa Aproximar, torna-se necessário clarificar o que compete à escola, tendo referido que muitos casos anteriores de transferência de pessoal auxiliar para as Câmaras correram mal e salientado a necessidade de os objetivos educativos estarem em primeiro lugar;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. A escolaridade obrigatória atual são 12 anos, o que coloca especiais exigências e a retirada da disciplina de formação cívica dos currículos foi negativa, sendo que era um espaço de diálogo que permitia resolver problemas;
5. O tempo de direção de turma não é meramente burocrático, mas também de diálogo com os pais e os alunos;
6. É importante desenvolver a autonomia das escolas na gestão dos seus recursos;
7. Os processos no âmbito do Estatuto do Aluno devem ser agilizados;
8. Há escolas em que o número de colaboradores com contrato de emprego-inserção é superior ao número de trabalhadores do quadro, tendo realçado que aqueles não têm formação e não podem ficar na escola mais de um ano, o que consideraram negativo e um desperdício de recursos;
9. Deve ser equacionada a heterogeneidade/homogeneidade das turmas e o número de alunos nas mesmas (que consideraram um elemento crítico), tendo defendido que as fragilidades das famílias devem ser compensadas pela escola e a turma pode não ter a mesma composição ao longo de todo o ano, devendo ser encontradas e ultrapassadas as dificuldades o mais cedo possível.

A terminar a audição, o Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, Deputado Rui Pedro Duarte, agradeceu a exposição feita e informou que proximamente iriam fazer visitas a escolas e no final uma Conferência.

A gravação áudio da audição e o documento respeitante à intervenção da FNE encontram-se disponíveis na [página do Grupo de Trabalho, na internet](#).

Palácio de São Bento, 25 de março de 2015

A assessora  
*Teresa Fernandes*